

A educação superior em Portugal e no Brasil: caminhos diferentes entre o público e o privado

Higher education in Portugal and Brazil: different paths between public and private

DOI:10.34117/bjdv7n3-244

Recebimento dos originais: 08/02/2021

Aceitação para publicação: 11/03/2021

Luísa M. Cerdeira

Doutora em Ciências da Educação

Instituição: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa – Portugal

Endereço: Alameda da Universidade, 1649-013 Lisboa, Portugal

E-mail: luisa.cerdeira@ie.ulisboa.pt

Nataniel da Vera-Cruz Gonçalves Araújo

Doutor em Educação

Instituição: Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Vila Palmeiras – Tocantinópolis/TO, Brasil

E-mail: nataniel@uft.edu.br

RESUMO

Esse trabalho sobre educação superior objetiva estabelecer um paralelo entre Brasil e Portugal analisando a trajetória das categorias administrativas público e privada nos dois países. Trata-se de um estudo bibliográfico acerca do tema que utiliza documentos e autores além de séries históricas, principalmente entre os anos 2008 a 2018. A pesquisa é composta por uma breve introdução além de que se fundamenta em 3 (três) tópicos principais, quais sejam: o aspecto central do conhecimento, as orientações internacionais para a educação superior e um comparativo da evolução das matrículas entre os setores público e privado no Brasil e em Portugal. Considera que a educação superior ganha preponderância cada vez maior na sociedade atual, a qual se fundamenta no conhecimento, sendo, portanto de grande importância para o desenvolvimento da sociedade o que o torna cada vez mais fundamental para a produção de riquezas. Essa ênfase é destacada através de documentos dos organismos multilaterais como o Banco Mundial (2000) e Organização Mundial do Comércio - OMC (1998). além de autores da área como Schultz (1961), Cerdeira (2014), Castells (1999), Bernheim e Chauí (2008), dentre outros. Analisa séries históricas e constata que no Brasil a predominância é pelo ensino superior privado, enquanto em Portugal os números se invertem com predominância da categoria administrativa pública. Entende-se que essa configuração da categoria administrativa, dentre outras, influencia nos resultados que os dois países ocupam no cenário mundial, como apontam dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (2019).

Palavras-chave: Educação superior, Público, Privado, Brasil e Portugal.

ABSTRACT

This work on higher education aims to establish a parallel between Brazil and Portugal by analyzing the trajectory of the public and private administrative categories in both countries. It is a bibliographical study about the theme that uses documents and authors as well as historical series, mainly between the years 2008 and 2018. The research is composed of a brief introduction besides that it is based on 3 (three) main topics, which are: the central aspect of knowledge, the international guidelines for higher education and a comparative evolution of enrollments between the public and private sectors in Brazil and Portugal. It considers that higher education gains increasing preponderance in today's society, which is based on knowledge, and is therefore of great importance for the development of society, making it increasingly essential for the production of wealth. This emphasis is highlighted through documents from multilateral organizations such as the World Bank (2000) and the World Trade Organization - WTO (1998), in addition to authors in the area such as Schultz (1961), Cerdeira (2014), Castells (1999), Bernheim and Chauí (2008), among others. It analyzes historical series and finds that in Brazil the predominance is for private higher education, while in Portugal the numbers are reversed with predominance of the public administrative category. It is understood that this configuration of the administrative category, among others, influences the results that the two countries occupy in the world scenario, as pointed out by data from the Organization for Economic Cooperation and Development - OECD (2019).

Key words: Higher Education, Public, Private, Brazil and Portugal.

1 INTRODUÇÃO

No decorrer da história, e com muita ênfase na sociedade atual, constata-se a relevância cada vez mais crescente que a educação superior vem ocupando por várias razões, principalmente a busca de alternativas para atender a demanda cada vez maior por expansão das vagas e a utilização de estratégias variadas para atingir esse fim. Este fato reveste a temática de importância, inclusive cria a necessidade de contribuições para o aprofundamento do debate tendo em vista o alto grau de disputas envolvendo interesses dos mais variados tipos em torno deste assunto.

Este estudo objetiva estabelecer um paralelo da educação superior entre o Brasil e Portugal relacionado às categorias administrativas público e privado com análise qualitativa, destacando alguns aspectos sobre a evolução numérica e destaques para alguns dados que se apresentam em ordem inversa nos dois países.

Caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica e documental posto que utiliza fundamentalmente alguns estudiosos da área e documentos produzidos por agências nacionais e internacionais, incluindo dados estatísticos. O estudo no desenvolvimento do seu conteúdo também destaca 3 (três) premissas principais, quais sejam: a função central do conhecimento, as orientações internacionais para a educação superior e um

comparativo da evolução das matrículas entre os setores público e privado no Brasil e em Portugal.

1.1 A FUNÇÃO CENTRAL DO CONHECIMENTO

Sobre a importância central do conhecimento, é correto afirmar que o mesmo vem fazendo uma trajetória crescente na sociedade atual, cuja influência se faz sentir em todas as áreas da vida humana ao ponto de a atual sociedade ser denominada como sociedade informacional com todas as implicações que este termo possa trazer. Assim, Castells (1999, p. 87) afirma sobre as relações entre informação/conhecimento e sua importância para a existência da atual economia, a qual pode ser denominada “[...] de informacional e global para identificar suas características fundamentais e diferenciadas e enfatizar sua interligação. ” Essa centralidade do conhecimento, tem poder catalisador em relação a educação terciária, porque “Nas últimas décadas, o Ensino Superior tem conhecido uma expansão assinalável, quer qualitativa, quer principalmente quantitativa.” (CERDEIRA, 2014, p. 99).

Esta relevância que o conhecimento adquiriu têm o potencial de reposicionar situações e valores, inclusive na perspectiva de colocar a informação e o conhecimento como alguns dos principais componentes dinamizadores do desenvolvimento das pessoas e das nações fomentados pela competitividade.

A esse respeito, Bernheim e Chauí (2008, p.7) afirmam que nas economias mais desenvolvidas, a associação entre o conhecimento e a inovação tecnológica se transformam em vantagens competitivas, o que faz do “[...] conhecimento um pilar da riqueza e do poder das nações, mas, ao mesmo tempo, encoraja a tendência a tratá-lo como mercadoria sujeita às leis do mercado e aberta à apropriação privada. ” De fato, todas essas informações reafirmam a crescência e a centralidade na qual se tornou a produção e o domínio do conhecimento na sociedade atual.

1.2 AS ORIENTAÇÕES INTERNACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR

O segundo tópico está relacionado às orientações das agências internacionais, constatando-se o incentivo que os organismos multilaterais têm feito na perspectiva de incentivar a expansão da educação superior por sua estreita relação com o grau de desenvolvimento das nações. Neste sentido, merece destaque o protagonismo do Banco Mundial na elaboração de vasta literatura como o documento intitulado *Higher Education*

in *Developing Countries: Peril and Promise*, (BANCO MUNDIAL¹, 2000, p. 9). Segundo este documento, “The world economy is changing as knowledge supplants physical capital as the source of present (and future) wealth.”²

Esta perspectiva aponta para o alto grau de interesse que o setor privado tem na educação superior ao ponto de a Organização Mundial do Comércio (OMC), regulamentar a educação inserindo-a na condição de mercadoria, o que consta no documento da OMC intitulado *Servicios de Enseñanza: Nota documental de La Secretaría (OMC, 1998)*. Este fato revela as potencialidades da educação superior na condição de mercado atrativo posto que existe uma relação estreita entre a sociedade do conhecimento e o investimento em educação tanto defendido pelo viés da Teoria do Capital Humano (TCH) de Schultz (1961), o qual afirma que [...] yet human capital has surely been increasing at a rate substantially greater than reproducible (non human) capital. [...]³.

Merece destaque o protagonismo da Organização das Nações Unidas para a educação Ciência e Cultura (UNESCO) de duas Conferências Mundiais sobre Educação Superior (CMES) realizadas respectivamente em 1998 e 2009, cujo objetivo maior é incentivar os processos de expansão da educação superior como elemento definidores do grau de desenvolvimento sociocultural e econômico das pessoas e das nações.

1.3 UM COMPARATIVO DA EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS ENTRE OS SETORES PÚBLICO E PRIVADO NO BRASIL E EM PORTUGAL

O terceiro tópico relaciona-se com a evolução das matrículas entre o setor público e o privado na educação superior no Brasil e em Portugal. Destaca-se que o uso da terminologia “privado” neste trabalho faz referência à natureza administrativa da instituição e não especificamente aos aspectos do financiamento.

No Brasil, o movimento estatístico aponta indubitavelmente para uma prevalência do setor privado sobre o setor público. Assim, em acordo com O Instituto Nacional de

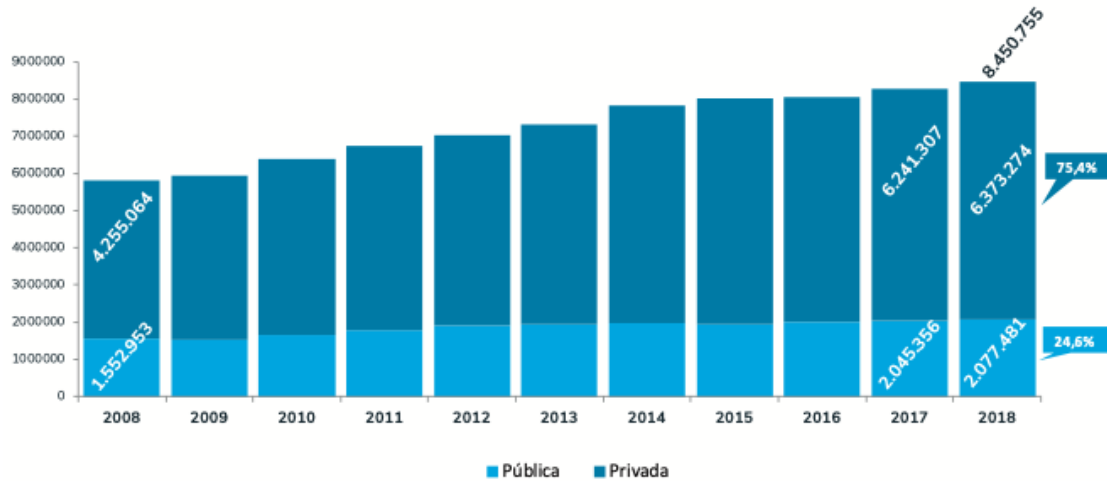
¹ Documento preparado por um Grupo Sobre Educação Superior e Sociedade. Esse grupo foi convocado pelo BM e pela UNESCO a fim de que discutisse os desafios encontrados na educação superior de alguns países em desenvolvimento. O evento reuniu especialistas em educação de 13 países, incluindo o Brasil, e foi realizado entre os dias 19 e 23 de março de 2002, em Paris.

² “A economia mundial está mudando na medida em que o conhecimento suplanta o capital físico como fonte de riqueza atual (e futura)” (Tradução livre).

³ “[...] entretanto, o capital humano certamente tem aumentado a uma taxa substancialmente maior do que o capital reprodutível (não-humanos). [...] (Tradução livre).

Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (2019), tem-se os seguintes dados

Gráfico 1 – Matrículas em cursos de graduação, por categoria administrativa – Brasil – 2008-2018

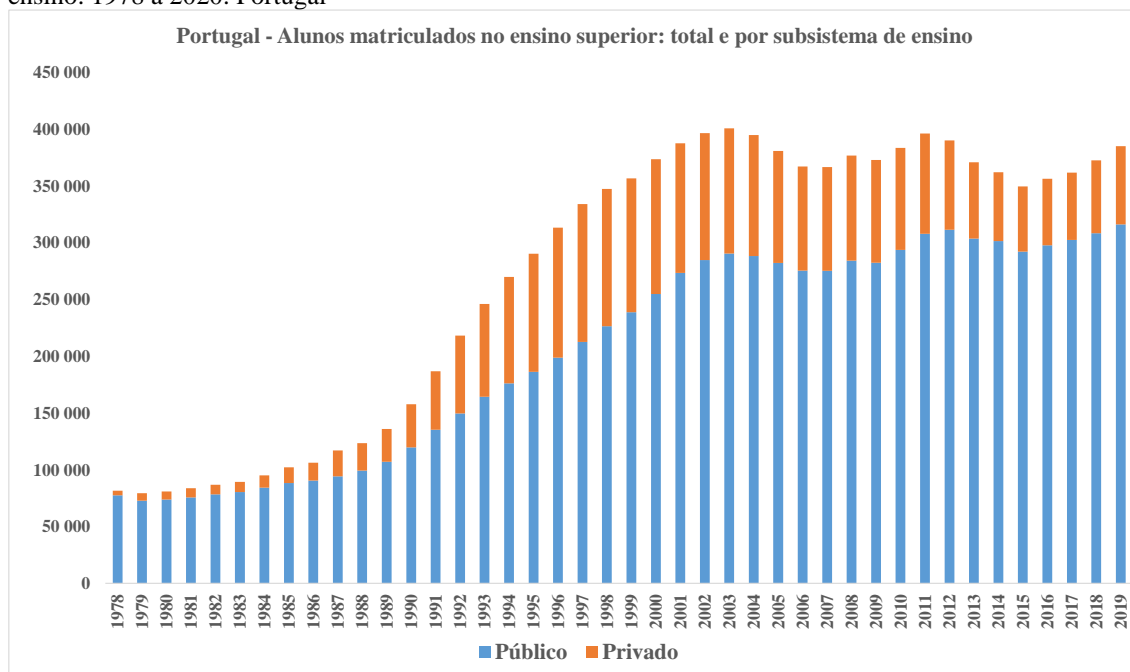


Fonte: Censo da Educação Superior INEP (2019, p. 18).

De acordo com INEP (2019), em 2008 existiam 5.808.017 matriculados, sendo 4.255.064 (73,26%) no setor privado e 1.552.953 (26,73%) estudantes no setor público. Estes dados mostram prevalência do setor privado, a qual continuou crescendo. Já em 2018, havia 8.450.755 estudantes matriculados, sendo 6.373.274 (75,4%) no setor privado e 2.077.481 (24,6%) no setor público. Verifica-se pela série histórica acima que o setor privado apresenta crescimento consideravelmente maior do que o setor público. Em relação a Portugal, constata-se uma situação diferente da realidade brasileira, com prevalência clara do setor público sobre o privado.

Certifica-se no Gráfico 2 abaixo, que em 2019 em Portugal existiam 385.247 estudantes na educação superior (correspondendo no ano de 2018 a uma taxa bruta de escolarização de 49,7%), sendo que 316.189 (82,1%) estão matriculados em instituições públicas e 69.058 (17,9%) estão matriculados em instituições privadas de educação superior. De resto, pode-se assinalar que, ao longo das últimas décadas, houve um crescimento muito grande do sistema, tendo as instituições privadas tomado valores algo expressivos na década dos anos 90 (em 1996 chegaram ao valor mais alto de representarem 37%), mas após esse pico tem sido uma tendência descendente. Quando comparadas as duas realidades, evidencia-se uma movimentação diametralmente oposta na medida em que, no Brasil a cinesia é feita em direção ao setor privado, enquanto que em Portugal, a mobilidade aponta para o setor público.

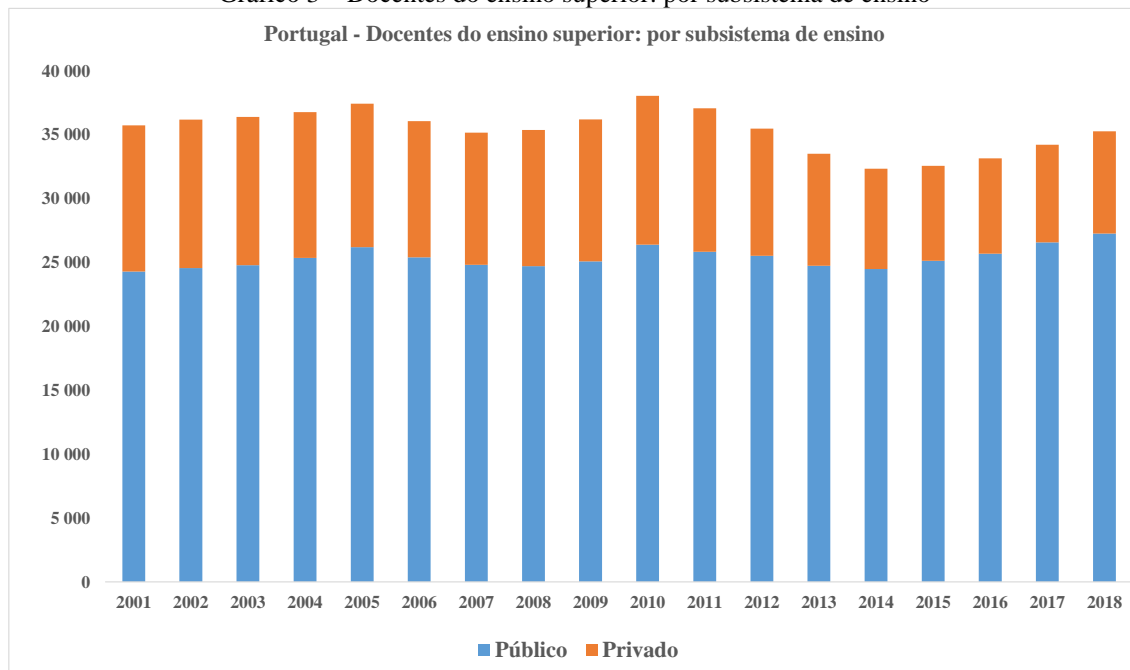
Gráfico 2 – Alunos matriculados/inscritos segundo a natureza do estabelecimento, por nível de educação e ensino. 1978 a 2020. Portugal



Fonte: PORDATA a partir de DGEEC/MEd - MCTES - DIMAS/RAIDES (Última actualização: 2019-10-01)

Podemos também ter uma visão sobre a evolução do corpo docente, verificando também que é no ensino público que se concentra a esmagadora maioria dos docentes, tendo na sua esfera no ano de 2018/2019 cerca de 77,3% dos docentes (num total de 27 279 docentes) e o ensino privado representando 22,7% dos docentes (com 8.004 docentes), num total do ensino superior português de 35 283 docentes. Pode-se observar a evolução na última década entre o sistema público e privado no gráfico 3 com a evolução entre 2001 e 2018 em Portugal.

Gráfico 3 – Docentes do ensino superior: por subsistema de ensino



Fonte: PORDATA a partir de DGEEC/MEd - MCTES - DIMAS/RAIDES (Última actualização: 2019-10-01)

De forma mais detalhada e podemos assinalar que se registou ao longo das últimas décadas uma progressiva qualificação do corpo docente das instituições de ensino superior português. De registar que o doutoramento é exigido para o ingresso e progressão na carreira do ensino superior público, seja do ensino universitário seja do ensino politécnico. Dessa forma, tem sido feito um grande esforço pelo país no sentido da qualificação dos docentes do ensino superior.

Assim, se observarmos os dados do quadro seguinte, verificamos que no início dos anos de 2000 do século passado, quer no ensino público, quer no ensino privado o número de docentes com o grau de Doutores era ainda diminuto no total do corpo docente. No ensino público em 2001/2002 eles representavam 31% e no privado apenas cerca de 16,6% do total do corpo docente. Vai dar-se uma evolução bastante positiva e com uma consolidação e qualificação da estrutura corpo docente nas décadas seguintes e para o ano de 2017/18 no ensino público constata-se que 62% dos docentes deste ensino possuem este grau e nas instituições privadas esse valor ainda é mais baixo, mas já subiu para cerca de 53%.

Deve-se também assinalar que entre 2010/11 e o ano de 2017/18 houve uma estagnação no número de docentes do ensino público, enquanto que mercê da crise financeira que se viveu em Portugal neste período, e que se fez sentir profundamente no subsistema do ensino superior privado, com a diminuição de estudantes no sistema, levou

a um corte no número de docentes muito acentuado, na ordem dos -34,4%, conforme se pode verificar no quadro 1.

Quadro 1 - Evolução do número de docentes, tipo de ensino e habilitação acadêmica nos de 2001/02, 2010/2011 e 2017/18

	Habilitação acadêmica	2001/02		2010/11		2017/18		Var %	Var %
			Peso %		Peso %		Peso %	2010/11-2001/02	2017/18-2010/11
Público	Doutoramento	7 562	31,1%	12 752	48,3%	16 474	62,0%	68,6%	29,2%
	Mestrado	7 243	29,8%	6 450	24,4%	5 150	19,4%	-10,9%	-20,2%
	Licenciatura	8 512	35,0%	6 886	26,1%	4 762	17,9%	-19,1%	-30,8%
	Bacharelato	588	2,4%	125	0,5%	41	0,2%	-78,7%	-67,2%
	Outra	391	1,6%	197	0,7%	152	0,6%	-49,6%	-22,8%
	Total	24 296	100,0%	26 410	100,0%	26 579	100,0%	8,7%	0,6%
Privado	Doutoramento	1 903	16,6%	4 019	34,5%	4 028	52,7%	111,2%	0,2%
	Mestrado	3 592	31,4%	3 755	32,2%	2 033	26,6%	4,5%	-45,9%
	Licenciatura	5 576	48,7%	3 751	32,2%	1 533	20,0%	-32,7%	-59,1%
	Bacharelato	209	1,8%	64	0,5%	36	0,5%	-69,4%	-43,8%
	Outra	164	1,4%	65	0,6%	18	0,2%	-60,4%	-72,3%
	Total	11 444	100,0%	11 654	100,0%	7 648	100,0%	1,8%	-34,4%
Total	Doutoramento	9 465	26,5%	16 771	44,1%	20 502	59,9%	77,2%	22,2%
	Mestrado	10 835	30,3%	10 205	26,8%	7 183	21,0%	-5,8%	-29,6%
	Licenciatura	14 088	39,4%	10 637	27,9%	6 295	18,4%	-24,5%	-40,8%
	Bacharelato	797	2,2%	189	0,5%	77	0,2%	-76,3%	-59,3%
	Outra	555	1,6%	262	0,7%	170	0,5%	-52,8%	-35,1%
	Total	35 740	100,0%	38 064	100,0%	34 227	100,0%	6,5%	-10,1%

Fonte: Elaborado partir de DGEEC- Perfil do Docente 2017/2018. Tabela 7. Consultado 24/07/2020.

Em relação ao ensino superior público podemos ver com maior detalhe o que se passa em relação ao ensino universitário e ensino politécnico. Assim podemos ver como se distribuem os docentes do ensino superior público português, por tipo de ensino e habilitação acadêmica, no ano letivo 2017/18.

Quadro 2 – Habilitações académicas dos docentes do ensino superior público, total e por tipo de ensino, em 2017/18

	Doutoramento		Mestrado		Lic./Bach./outras		Total
	Número	%	Número	%	Número	%	
ESUniversitário	12009	73%	1928	12%	2453	15%	16390
ESPolitécnico	4465	44%	3222	32%	2502	25%	10189
Total ESPúblico	16474	62%	5150	19%	4955	19%	26579

Fonte: Elaborado a partir de DGEEC (2018). Perfil do Docente em 2017/2018. Consultado 24/07/2020.

Através dos dados do Quadro 2 podemos observar que o nível de habilitações académicas dos docentes do ensino superior universitário é ainda superior ao dos seus colegas do ensino superior politécnico: os docentes com doutoramento do ensino superior

universitário correspondem a 73% do corpo docente deste subsistema, revelando que os docentes das universidades apresentam, em geral, um nível de qualificação bastante superior à dos docentes dos institutos superiores politécnicos, onde apenas 44% possui o grau de doutor.

Em relação ao quantitativo de docentes na educação superior no Brasil, constata-se que em 2008 havia 321.493 docentes, dos quais 111.894 (34,8%) pertenciam a categoria administrativa pública enquanto que 209.599 (65,2%) pertenciam ao setor privado. Quando se faz a análise de 2018, constata-se, um total de 384.474 docentes, dos quais 173.868 (45,2%) pertencem a rede pública e 210.606 (54,8%) pertencem a rede privada. Confira na Tabela 1 abaixo.

TABELA 1 – Número de docentes na Educação Superior, por categoria administrativa -Brasil – 2008-2018

ANO	TOTAL	DOCENTES EM EXERCÍCIO	
		PÚBLICA	PRIVADA
2008	321.493	111.894	209.599
2009	340.817	122.977	217.840
2010	345.335	130.789	214.546
2011	357.418	139.584	217.834
2012	362.732	150.338	212.394
2013	367.282	155.219	212.063
2014	383.386	163.113	220.273
2015	388.004	165.722	222.282
2016	384.094	169.544	214.550
2017	380.673	171.231	209.442
2018	384.474	173.868	210.606

Fonte: Censo da Educação Superior INEP (2019, p. 33)

Convém destacar que, apesar de a série histórica brasileira apontar nesses anos o aumento de matrículas no setor privado na ordem de 2.118.210 (49,8%), mas o número de docentes neste período cresceu apenas 1.007 docentes (0,48%).

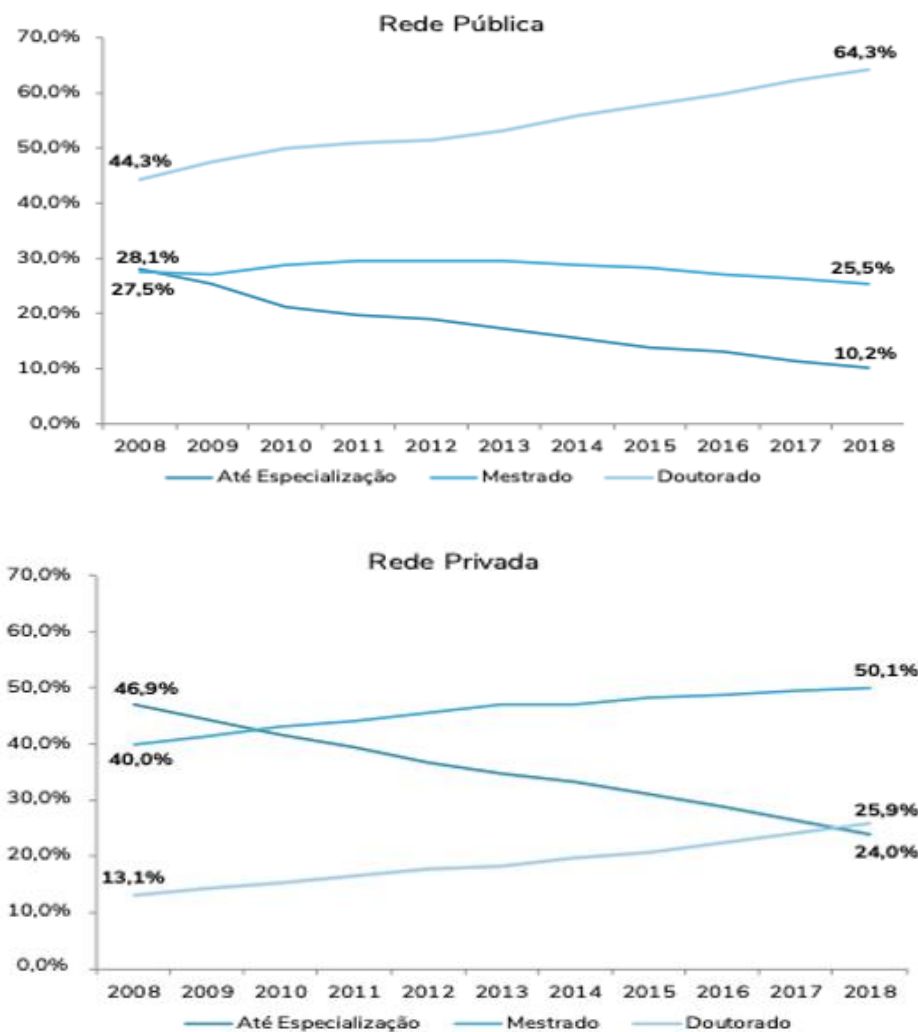
A esse respeito podem ser criadas várias hipóteses, inclusive a de que essa situação se deve ao grande aumento das matrículas pela Educação a Distância (EaD), principalmente no setor privado. Vale ressaltar que nessa série histórica “Entre 2008 e 2018, o número de ingressos variou positivamente 10,6% nos cursos de graduação presencial e triplicou (196,6%) nos cursos a distância;” (Censo da Educação Superior INEP, 2019, p. 15).

Constata-se que a lógica expansionista, com mais especificidade no Brasil, aponta para uma utilização cada vez mais ampla da Educação a Distância como estratégia na educação superior. Neste sentido, Cabral Neto e Castro (2014) afirmam que a EaD são integradas como uma das principais estratégias de expansão, principalmente no setor privado.

Levantada esta hipótese, há que se considerar também algumas outras, como o fato de que, diferentemente das instituições públicas, os docentes das instituições privadas se encarregam mais do ensino do que da pesquisa e extensão – mas essas hipóteses precisam ser checadas.

No que diz respeito à cinesia do percentual do grau de formação por categoria administrativa no Brasil, observe-se o movimento feito nos gráficos 4 e 5 abaixo.

Gráficos 4 e 5 – Participação percentual de docentes na educação superior, por categoria administrativa, segundo o grau de formação – Brasil – 2008-2018



Fonte: Censo da Educação Superior INEP (2019, p. 36)

Na rede pública o percentual de docentes com doutorado aumentou de 44,3% para 64,3%. O número de mestres caiu de 27,5% para 25,5%, sendo que houve queda considerável no número de docentes até especialização saindo de 28,1% para 10,2%.

Já na rede privada o número de docentes que possuem o nível de até especialização caiu de 46,9% para 24%. O número de mestre elevou-se de 40% para 50,1% e o número de doutores progrediu de 13,1% para 25,9%.

Tendo em vista as questões acima, constatam-se várias distinções da cinesia da realidade apresentadas pelos dois países em relação à educação superior. Neste sentido, a pesquisa demonstra como os governos e a sociedade destes dois países responderam às demandas.

Tomando-se por base uma análise feita pela OECD (2019), através das *Country Notes*, construiu-se a Tabela 2 abaixo:

TABELA 2: Desempenho na educação superior de 25 a 34 anos Brasil e Portugal 2008-2018

ANO	BRASIL	PORTUGAL	OECD
2008	11%	23%	35%
2018	21%	35%	44%

Fonte: Education at a Glance: OECD indicators (OECD, 2019, 2019a). Autoria própria, 2020

Quando comparadas as taxas dos dois países, em análise feita pela OECD (2019) relacionada com a proporção de pessoas entre 25-34 anos com educação superior, constata-se que o Brasil, em 2008, possuía apenas 11% de sua população nessa faixa etária com educação superior, enquanto em Portugal a taxa era de 23%. Para esse mesmo fato, os dados de 2018 apontam que o Brasil alcançou 21% enquanto Portugal atingiu 35%, destacando-se a taxa média da OECD é de 44%.

Constata-se que, de fato, entre os anos de 2008 e 2018 houve um crescimento no Brasil de 10%, enquanto em Portugal houve um crescimento de 12% de sua população com educação superior, enquanto a taxa da OECD cresceu 9%.

Tomando-se por base a taxa da população entre 25-34 anos de 2018, constata-se que o Brasil está abaixo de Portugal em 14%, bem como está abaixo da média da OECD em 23% (o que significa que a média da OECD atingiu mais que o dobro da população brasileira nesta faixa etária com educação superior em 2018).

2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para efeito de considerações finais e com base nos dados citados acima, constata-se que ainda há um caminho longo a ser percorrido pelo Brasil a fim de que alcance níveis

de sua população com educação superior que sejam compatíveis com os patamares obtidos por Portugal. E muito mais desafiador ainda é alcançar os níveis de formação terciária quando se leva em consideração a média de formação alcançada pelos países da OECD.

Neste sentido, uma questão que se deve colocar para o alcance desses patamares é a seguinte: é mais adequado ou não que a educação superior seja predominantemente privada – como é o caso do Brasil?

Em se considerando que o Brasil enfrenta grande problemas de pobreza e péssima distribuição de renda, pode-se entender que diante desses fatos se chegue ao entendimento de que o caminho tomado pelo Brasil ao longo do tempo, privilegiando o setor privado da educação superior em detrimento do setor público, influenciam diretamente para os baixos resultados que o Brasil alcançou. Há que se destacar também que a estratégia portuguesa, e de vários outros países; de privilegiar a educação superior pública apresenta historicamente melhores resultados para a população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO MUNDIAL. **Higher Education in Developing Countries: Peril and Promises**. Washington – D.C. EUA, 2000.

BERNHEIM, Carlos Tünnermann; CHAUI, Marilena de Souza. **Desafios da universidade na sociedade do conhecimento**: cinco anos depois da conferência mundial sobre educação superior. Brasília: UNESCO, 2008. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001344/134422por.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2015.

CABRAL NETO, Antônio; CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. Educação Superior no Brasil: os contraditórios caminhos da expansão pós-LDB. In: BRZEZINSKI, Iria (org.). **LDB/1996 Contemporânea: Contradições, tensões, compromissos**. São Paulo. Cortez Editora. 2014.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação**: economia, sociedade e cultura. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra. v. 1. 1999.

CERDEIRA, Luísa. A internacionalização e cooperação no ensino superior: os países de Língua Portuguesa e o caso de Portugal. In: CABRITO, B; CASTRO, A; CERDEIRA, L; CHAVES, V. **Os desafios da expansão da educação em países de Língua Portuguesa**: financiamento e internacionalização. Lisboa: EDUCA, 2014 (97-116).

PORDATA/DIREÇÃO GERAL DE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA (DGEEC). **Estatística da Educação 2014/2015**. Disponível em: <https://www.dgeec.mec.pt/np4/18/> Acesso em: 15 ago. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Sinopse Estatística da Educação Superior 2018: Inep, 2019**. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>> Acesso em: 04 set. 2020.

“Brazil” in **Education at a Glance 2019**: OECD Indicators, OECD Publishing, Paris. DOI: <https://dx.doi.org/10.1787/f8d7880d-en>. Disponível em: <https://www.oecd.org/education/education-at-a-glance/EAG2019_CN_BRA.pdf>. Acesso em: 05 set. 2020.

“Portugal” in **Education at a Glance 2019a**: OECD Indicators, OECD Publishing, Paris. DOI: <https://dx.doi.org/10.1787/f8d7880d-en>. Disponível em: <https://www.oecd.org/education/education-at-a-glance/EAG2019_CN_PRT.pdf>. Acesso em: 05 set. 2020.

OMC. **Servicios de Enseñanza: Nota documental de la Secretaría**. 1998. Disponível em: <https://www.wto.org/spanish/tratop_s/serv.../w49.doc>. Acesso em: 09 ago. 2020.

SCHULTZ, Theodore W. Investment in Human Capital. **The American Economic Review**. v. 51, n. 1, p. 1-17, mar/1961.